PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JALES – SP

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA

Inquérito Civil nº 14.0311.0000555/2014

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e eficiência administrativas, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, na forma do artigo 127, caput, e artigo 129, inciso III, ambos da Constituição da República, bem como do artigo 25, inciso IV, alínea "a", da Lei 8.625/93;

CONSIDERANDO a relevância e a magnitude das atribuições conferidas ao Ministério Público no tocante à defesa do patrimônio público e da infância e juventude, por força do artigo 129, inciso III, da Constituição da República e das disposições da Lei 7.347/85;

CONSIDERANDO que a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social;

CONSIDERANDO que são princípios norteadores da Administração Pública e de seus respectivos gestores a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência;

CONSIDERANDO que a Educação Infantil *“tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”* (artigo 29 da LDB);

CONSIDERANDO que *“os professores e os demais profissionais que atuam nessas instituições devem, portanto, valorizar igualmente atividades de alimentação, leitura de histórias, troca de fraldas, desenho, música, banho, jogos coletivos, brincadeiras, sono, descanso, entre outras tantas propostas realizadas cotidianamente com as crianças”* (Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil - Volume 2);

CONSIDERANDO que, na execução de serviços de creche, há divisão de grupos ou turmas de crianças são organizados por faixa etária (1 ano, 2 anos, etc.) ou envolvendo mais de uma faixa etária (0 a 2, 1 a 3, etc.);

CONSIDERANDO que a composição dos grupos ou das turmas de crianças deve levar em conta tanto a quantidade equilibrada de meninos e meninas como as características de desenvolvimento das crianças;

CONSIDERANDO que as crianças nunca devem ficar sozinhas, tendo sempre uma professora ou um professor de Educação Infantil para cada grupo ou turma, prevendo-se sua substituição por uma outra professora ou outro professor de Educação Infantil nos intervalos para café e almoço, para as faltas ou períodos de licença;

CONSIDERANDO que a relação entre o número de crianças por agrupamento ou turma e o número de professoras ou professores de Educação Infantil por agrupamento varia de acordo com a faixa etária;

CONSIDERANDO que a relação entre o número de crianças por agrupamento ou turma e o número de professoras ou professores de Educação Infantil por agrupamento varia de acordo com a faixa etária: (i) uma professora ou um professor para cada 6 a 8 crianças de 0 a 2 anos; (ii) uma professora ou um professor para cada 15 crianças de 3 anos; (iii) uma professora ou um professor para cada 20 crianças acima de 4 anos (Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil - Volume 2, p. 36);

CONSIDERANDO que os profissionais que atuam diretamente com as crianças nas instituições de Educação Infantil são professoras e professores de Educação Infantil;

CONSIDERANDO que a habilitação exigida para atuar na Educação Infantil é em nível superior, pedagogia ou modalidade normal, admitindo-se, como formação mínima, a modalidade normal, em nível Médio;

CONSIDERANDO que, no entanto, professores sem a formação mínima exigida por lei que exercem funções de professora ou professor de Educação Infantil, quer sejam titulares ou auxiliares, obterão a formação exigida com o apoio da instituição onde trabalham. Caso atuem na rede pública, contarão também com o apoio dos sistemas de ensino (Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil - Volume 2, p. 38);

CONSIDERANDO que a substituição eventual ou no período de férias/afastamento de um professor ou professora de Educação Infantil só poderá ser feita por outro profissional que tenha a formação exigida para atuar na área;

CONSIDERANDO que professoras, professores, gestores, gestoras e demais profissionais das instituições de Educação Infantil devem participar de programas de formação regular e continuada promovidos pelos sistemas de ensino ou pelas instituições nas quais trabalham (Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil - Volume 2, p. 41);

CONSIDERANDO que o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal, corresponde a direito fundamental de todos os trabalhadores, incluindo os servidores públicos (artigos 7º, inciso XVII, e 39, §3º, da Constituição);

o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, sem prejuízo de outras providências administrativas ou judiciais para a apuração de eventuais responsabilidades civis, criminais e administrativas dos agentes públicos eventualmente envolvidos em tais fatos, expede:

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA

Ao **MUNICÍPIO DE SANTA ALBERTINA**, na pessoa do Prefeito Municipal **VANDERCI NOVELI**, para que:

(i) no prazo de 60 dias, apresente planejamento a respeito da reestruturação dos servidores que prestam serviços na creche de Santa Albertina, adequando-se o número de servidores públicos conforme a quantidade de crianças previstas para serem atendidas na nova creche, conforme sua formação e capacitação, atendendo-se às normas técnicas existentes neste sentido, inclusive àquelas contidas nos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, Volume 2, elaborado pelo Ministério da Educação em 2006 e citadas acima;

- (ii) **no prazo de 60 dias**, elabore cronograma de férias dos servidores públicos atualmente lotados na creche de Santa Albertina, com a finalidade de que todos possam usufruir ao menos 30 dias de descanso ao longo do ano de 2016 (entre 1º janeiro e 31 de dezembro);
- (iii) **no prazo de 60 dias**, elabore planejamento a respeito da necessária formação e capacitação dos servidores públicos que atualmente prestam serviços na creche municipal de Santa Albertina, iniciando-se já no ano de 2016, com a maior celeridade possível;
- (iv) envie esforços para que não haja mais acúmulo de férias em período superior ao ano do respectivo período de gozo. Para tanto, anualmente deverão ser elaboradas escalas referentes a cronograma de férias;
- (v) dê ampla publicidade a presente recomendação, divulgando-a em jornal de circulação local e no site da Câmara, de preferência em link específico sob a denominação "TAC's e recomendações do Ministério Público" (ou semelhante), para que todas as autoridades municipais, legítimas representantes do Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário fiquem cômicas de que a não observância da presente recomendação importará ao transgressor a responsabilização por ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei 8.429/92; e
- (vi) remeta à 3ª Promotoria de Justiça de Jales, mediante ofício, 10 (dez) dias após o término do prazo mencionado nos itens "i", "ii" e "iii", informações pormenorizadas acerca das medidas adotadas.

3ª Promotoria de Justiça de Jales
Rua nove, n. 2231, Centro, Jales, SP, Tel (17) 3632 2828.

Em caso de não acatamento da Recomendação, o Ministério Público informa que adotará as medidas legais e judiciais necessárias a fim de assegurar a sua implementação, inclusive através do ajuizamento da ação civil pública cabível, precipuamente para respeito às normas constitucionais (artigo 37, incisos II, V e IX, da CF), sem prejuízo do ingresso com a respectiva ação civil de responsabilidade pelos atos de improbidade administrativa praticados.

Jales, 10 de dezembro de 2015.

HORIVAL MARQUES DE FREITAS JUNIOR
Promotor de Justiça

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JALES – SP

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA

Inquérito Civil nº 14.0311.0000555/2014

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e eficiência administrativas, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, na forma do artigo 127, caput, e artigo 129, inciso III, ambos da Constituição da República, bem como do artigo 25, inciso IV, alínea "a", da Lei 8.625/93;

CONSIDERANDO a relevância e a magnitude das atribuições conferidas ao Ministério Público no tocante à defesa do patrimônio público e da infância e juventude, por força do artigo 129, inciso III, da Constituição da República e das disposições da Lei 7.347/85;

CONSIDERANDO que a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social;

CONSIDERANDO que são princípios norteadores da Administração Pública e de seus respectivos gestores a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência;

CONSIDERANDO que o artigo 66 da Lei nº 8.666/93 estabelece que "*o contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial*";

CONSIDERANDO que o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 estabelece que "*a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada*

por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. § 1º O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. § 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes";

CONSIDERANDO que no município de Santa Albertina/SP foi realizada a Concorrência Pública nº 003/2013, cujo objeto era a contratação de empresa especializada em mão-de-obra com fornecimento de material e de equipamentos para a execução de obras para a construção de uma creche, através de Convênio com a Secretaria Estadual de Educação e a Fundação para o Desenvolvimento da Educação (nº 06921/2012-SE);

CONSIDERANDO que o valor integral da obra foi custeado pela Secretaria Estadual de Educação e pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação, através do convênio acima referido;

CONSIDERANDO que a obra inicialmente tinha prazo de 12 (doze) meses para ser concluída, contados a partir de até cinco dias após a assinatura (23 de dezembro de 2013), tendo previsão de se finalizar ao final do ano de 2014;

CONSIDERANDO que a empresa V. DE SOUZA FERREIRA & CIA LTDA. - ME. sagrou-se vencedora do certame com a proposta de R\$ 1.284.660,00 (um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e sessenta reais);

CONSIDERANDO que ocorreu aditamento em 6 de agosto de 2015, acrescentando ao contrato os valores de R\$ 101.684,28 (cento e um mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e vinte e oito centavos);

CONSIDERANDO que a cláusula VII do Contrato prevê que caberá à Prefeitura Municipal de Santa Albertina exercer a fiscalização dos serviços prestados pela empresa contratada;

CONSIDERANDO que já foram pagos pela municipalidade quase a totalidade do valor contratado à empresa;

CONSIDERANDO que a obra está atrasada em 12 meses, a contar o prazo inicialmente avençado no Contrato firmado;

CONSIDERANDO que ainda hoje a construção não fora finalizada (em 25 de novembro de 2015 foi atestada a execução de 92,47% das obras), causando prejuízos à população, posto que o Município de Santa Albertina possui apenas uma creche, que se encontra superlotada;

o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, sem prejuízo de outras providências administrativas ou judiciais para a apuração de eventuais responsabilidades civis, criminais e administrativas dos agentes públicos eventualmente envolvidos em tais fatos, expede:

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA

1) Ao **MUNICÍPIO DE SANTA ALBERTINA**, na pessoa do Prefeito Municipal **VANDERCI NOVELI**, para que:

(i) tome medidas efetivas para concluir a construção da creche **no prazo de 90 (noventa) dias**, a contar do recebimento desta, utilizando-se das medidas fiscalizatórias e sancionatórias à empresa que executa a obra;

(ii) dê ampla publicidade a presente recomendação, divulgando-a em jornal de circulação local e no site da Câmara, de preferência em link específico sob a denominação "TAC's e recomendações do Ministério

Público" (ou semelhante), para que todas as autoridades municipais, legítimas representantes do Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário fiquem cômicas de que a não observâncias da presente recomendação importará ao transgressor a responsabilização por ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei 8.429/92;

(iii) remeta à 3ª Promotoria de Justiça de Jales, mediante ofício, 10 (dez) dias após o término do prazo mencionado no item "i", informações pormenorizadas acerca das medidas adotadas;

2) À empresa **V. DE SOUZA FERREIRA & CIA LTDA. - ME.**, na pessoa de **VALDECIR DE SOUZA FERREIRA**, para que tome todas as medidas para conclusão da obra em **90 (noventa) dias**, a contar do recebimento desta; e

3) À **FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FDE** e À **SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**, para que fiscalizem o cumprimento do recomendado.

Em caso de não acatamento da Recomendação, o Ministério Público informa que adotará as medidas legais e judiciais necessárias a fim de assegurar a sua implementação, inclusive através do ajuizamento da ação civil pública cabível, precipuamente para respeito às normas constitucionais (artigo 37, incisos II, V e IX, da CF), sem prejuízo do ingresso com a respectiva ação civil de responsabilidade pelos atos de improbidade administrativa praticados.

Jales, 10 de dezembro de 2015.

HORIVAL MARQUES DE FREITAS JUNIOR
Promotor de Justiça